

I PARTE
BIBLIOGRAFIA DA ARQUEOLOGIA
BRASILEIRA

BRASILERA
BIBLIOGRAFIA DA ARQUEOLOGIA
I PARTE

História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil

ANDRÉ PROUS

A História da bibliografia é, evidentemente, ligada à das pesquisas na área focalizada. As primeiras obras que apresentam informações aproveitáveis para o arqueólogo, não oferecem estudos específicos, mas somente alusões de ordem sobretudo etnográfica, que, no entanto, ajudam a localizar as tribos indígenas em vias de extinção, a atribuir a determinados grupos estruturas que conhecemos hoje apenas arqueologicamente, como as casas “subterrâneas” dos Guaiana, mencionadas por Gabriel Soares de Sousa, ou instrumentos que não são mais fabricados pelos índios (machados semi-lunares dos Tapuias, descritos por Yves d’Evreux, propulsores das populações pernambucanas, pintados pelo holandês Franz Post.). Muito raramente, sítios arqueológicos eram reconhecidos como os sambaquis, descritos por Fernão Cardim), e inscrições rupestres vistas pelos soldados do Capitão-mór Feliciano Coelho em 1598). Há, portanto, pouca coisa além dos relatórios de cronistas. Evidentemente, as autoridades coloniais não procuravam incentivar o estudo das antigas culturas indígenas, cujo resultado só poderia despertar o já incipiente nativismo brasileiro. No máximo, oficiais da Coroa coletavam objetos exóticos para o Gabinete Real de curiosidades. Isto explica o número reduzido de títulos levantados até o fim do século XVIII. Mas não se deve esquecer que também na Europa a arqueologia nasce somente no século XVIII (escavações de Pompei) e que as culturas “primitivas” não são ainda consideradas dignas do interesse científico apesar da utilização do mito do “Bom Selvagem” pelos filósofos iluministas.

No início do século XIX, com a instalação da Corte no Brasil, a necessidade de se conhecer melhor o país, para facilitar uma exploração mais diversificada dentro de uma ótica que já não é mais colonial, valoriza as explorações sistemáticas, que não são mais privilégio de bandeirantes interessados somente em ouro ou pedras preciosas, mas são realizadas por naturalistas, geralmente europeus, vez por outra a serviço de diversos governos e que se empenham com paixão no estudo, tanto da natureza virgem, quanto das populações indígenas (Lund,

Saint Hilaire, von Martius, etc.). Nenhum deles se preocupa particularmente com arqueologia, mas não deixam de mencionar os vestígios que encontram, por vezes atribuídos a tribos históricas. Se as informações dos naturalistas não são muito mais ricas do que as do período anterior, demonstram que as “antigüidades” indígenas são agora dignas de estudo, preparando assim as discussões acadêmicas, características do fim do século XIX, e cujos argumentos serão tirados de verdadeiras escavações.

No entanto, estender-nos-emos aqui sobre as atividades precursoras de um destes primeiros estudiosos do Brasil.

As teorias de P. W. Lund

Em 1834, o botânico dinamarquês, P. W. Lund, também paleontólogo amador, fixou residência na aldeia de Lagoa Santa, Minas Gerais, onde permaneceu até a morte, em 1880.

Entre 1834 e 1844, pesquisou mais de 800 grutas nesta região, centro das quais, ossos de animais fossilizados tinham-se conservado desde milhares de anos. Coletava este material, descrevia-o, dando assim a conhecer numerosas espécies de uma fauna extinta; por essa razão é considerado o “pai da paleontologia brasileira”. Um dia, encontrou, na lagoa subterrânea do Sumidouro, ossos humanos misturados a vestígios destes animais, hoje desaparecidos da terra.

Acontece que, nesta época, a existência de uma humanidade tão antiga a ponto de ter coexistido com uma fauna extinta, não era ainda aceita pelo público, nem pela maioria dos cientistas (imaginava-se que a Bíblia tinha valor não apenas religioso, mas também científico). Pensava-se que o Homem era um ser muito tardio na Criação. Tendo que admitir, com o descobrimento de animais fósseis, desde o final do século XVIII, que houvera, realmente, animais diferentes dos atuais, os paleontólogos, discípulos do famoso Cuvier, mestre de Lund, concebiam uma série de “catástrofes” que teriam destruído, sucessivamente, várias formas de vida. O último desses acontecimentos teria sido o dilúvio bíblico. Nesta perspectiva, podia-se acreditar na existência de um homem “antidiluviano”, com um mundo animal distinto do nosso; mas tais idéias eram muito avançadas e ninguém, até então, tinha imaginado que o homem antidiluviano pudesse ter existido nas Américas.

No entanto, Lund persuadiu-se da antigüidade do Homem de Lagoa Santa sem ser ouvido pelos cientistas de sua época. Os ossos humanos que tinha descoberto talvez fossem, realmente, muito antigos, mas a maneira como foram encontrados sugere que eles poderiam ter sido, posteriormente misturados pelas águas das chuvas, com os dos animais desaparecidos.

O jovem dinamarquês parou de investigar o problema em 1844, talvez inquieto pela orientação de suas próprias pesquisas. Notando as

semelhanças progressivamente maiores (falaríamos hoje de “evolução”) entre as faunas sucessivas que encontrava, Lund parece ter começado a duvidar da teoria “catastrófica” de Cuvier, intuindo uma teoria evolucionista que seria exposta pouco depois (em 1848) por Darwin e Wallace. Cristão convicto, correspondente e parente do bispo Kierkegaard, Lund podia temer que seu Universo tradicional vacilasse. O patriarca de Lagoa Santa enclausurou-se no silêncio, evitando até receber visitas ilustres como à do naturalista Richard Burton.

No século XX, com a aceitação da possibilidade de um Homem Americano Pleistocênico, a controvérsia sobre a contemporaneidade de animais extintos e do Homem de Lagoa Santa, estender-se-ia até os anos de 1970.

O início da arqueologia brasileira: 1870-1910

O grande interesse de D. Pedro II pela antropologia contribuiu para a implantação das primeiras entidades oficiais destinadas a ter um papel relevante na arqueologia brasileira. O Monarca enriqueceu o Museu Nacional, onde estão depositadas coleções de material europeu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo (como Gorges d'Enfer). Logo depois da queda do Império, o Museu Paulista tornar-se-ia o grande rival do Museu Nacional, enquanto Emílio Goeldi reorganizava o Museu de Belém, do qual iria depender, mais tarde, a arqueologia amazônica.

O antagonismo entre estas Instituições, iria logo verificar-se à propósito dos Sambaquis, que são amontoados de valvas de moluscos comidos pelos indígenas pré-históricos do litoral, que os usavam também como depósito de lixo e cemitério. Na Dinamarca, sítios semelhantes despertavam a atenção dos naturalistas desde 1850 e o jovem pesquisador J. A. Worsaae levantou a hipótese de que se tratassem de depósitos de lixo humano. Na discussão científica que se seguiu, a opinião de Lund, consultado em 1852 por uma Comissão Oficial, foi determinante para o reconhecimento da origem artificial destes sítios dinamarqueses e, logo depois, de outros países europeus. A argumentação do patriarca de Lagoa Santa baseava-se na comparação com os sambaquis brasileiros, que considerava de origem indígena. Curiosamente, a situação se invertiria trinta anos depois. A carta de Lund sobre os sambaquis não havia sido divulgada no Brasil, onde o problema não interessava a ninguém, até depois de 1870. Quando os primeiros curiosos quiseram admitir que os concheiros do litoral de São Paulo ou Santa Catarina eram sítios arqueológicos, se fundamentaram na existência de concheiros de origem humana, reconhecida cientificamente na Dinamarca. Como muitos desses sítios encontravam-se longe da linha do mar atual, alguns desses amadores esclarecidos (R. Krone, por exemplo) levantaram a hipótese de que o nível do mar não tinha sido estável no

período pré-histórico e que os sambaquis localizados terra adentro encontravam-se outrora perto do litoral. C. Benedetto, em 1904, os atribuía ao período antidiluviano.

Este método de se relacionar os sambaquis a um período em função de sua posição relativa à orla marítima atual, antecede de mais de meio século os modernos trabalhos de Fairbridge. Paralelamente, R. Krone se apoiava em suas escavações na região de Iguape (SP) para estabelecer, em 1908, uma oposição entre os instrumentos dos sambaquis “antigos” e aqueles encontrados em sambaquis “recentes”. Durante os 40 anos seguintes, talvez nenhuma publicação tenha apresentado tantas qualidades científicas, incluindo aspectos experimentais. Enquanto isto, o antropólogo Lacerda estudava os crânios de sambaquis, comparando-os à raça de Lagoa Santa (1881).

O Diretor do Museu Nacional, L. Netto, mandou várias missões ao litoral sul brasileiro (Wiener, Roquette Pinto) que trouxeram de volta numerosos objetos coletados nos sítios que estavam sendo destruídos (as conchas eram transformadas em cal para construção, desde o século XVI). O grande etnólogo Karl von den Steinen realizava escavações em Santa Catarina, com resultados publicados na Alemanha. Parecia clara para todos a origem artificial dos sambaquis. Até Lima Barreto (“Triste Fim de Policarpo Quaresma”) descreve o processo de formação destes sítios. D. Pedro II acompanhou C. Rath até São Vicente, onde viu desenterrar esqueletos de um “casqueiro”. Contudo, H. von Ihering, Diretor do Museu Paulista, alemão impregnado pela superioridade germânica, recusou estas evidências. Para ele, os sambaquis não passavam de acumulação natural de conchas mortas em lugares que o mar tinha antigamente ocupado. Portanto, os “artificialistas” em geral, pessoas que escavavam e conheciam os sítios de perto e os “naturalistas”, influenciados pelo prestígio de cientistas estrangeiros, se enfrentaram. Diante das provas apresentadas pelos adversários von Ihering teve que admitir, aos poucos, seu erro; reconheceu primeiro que os indígenas podiam ter visitado os sambaquis (naturais) e sepultado neles seus mortos. Finalmente, dignou-se a visitar o sambaqui da Ilha do Casqueirinho, perto de Santos (agora na COSIPA), onde a presença de carvões misturados às conchas o obrigou a aceitar o ponto de vista de Netto. No entanto, até 1940 (publicações de Serrano), quase todos os autores ainda discutiam sobre a origem, artificial ou não, de cada sambaqui descrito.

A figura de H. von Ihering é bem típica de muitos dos cientistas do século XIX. É interessante notar que, de acordo com as teorias racistas então em voga na Europa e que influenciaram Dom Pedro II por intermédio do Embaixador da França, Gobineau, Ihering atribuía aos indígenas, objetos de seus estudos, um interesse puramente acadêmico. Para ele, o Brasil só se tornaria uma potência quando povoado por europeus e livre dos índios, cuja extinção física chegou a defender.

Para sermos justos, devemos reconhecer as qualidades científicas desse homem, principalmente seu espírito de experimentação, ainda raro na especialidade; por exemplo, usou machados de pedra para cortar árvores, avaliando as técnicas possíveis e os resultados correspondentes. Tais estudos, hoje qualificados de “etno-arqueológicos”, só seriam refeitos nos idos de 1940, na Europa. Estudou ainda a alimentação dos homens pré-históricos pela identificação dos otolitos de peixe.

Na Amazônia realizavam-se também as primeiras escavações, entre 1880 e 1900; E. Goeldi escavava e necrópole de Cunani e K. Rath, um sítio de Marajó, divulgando a magnífica cerâmica local.

Aproveitando o material trazido por correspondentes de todo o Brasil, L. Netto publicava, já em 1885, um trabalho monumental sobre a arqueologia das regiões mais diversas do território nacional. Podia-se esperar que, com um início tão promissor, a arqueologia brasileira manter-se-ia no mesmo nível da pesquisa europeia e que as escavações estratigráficas seriam logo promovidas pelas três dinâmicas Instituições criadas no final do século XIX, permitindo a elaboração de um quadro global da pré-história brasileira. Infelizmente, somente o Museu Nacional iria manter alguma atividade arqueológica entre as duas guerras mundiais, e até 1950 poucas informações se acrescentariam aos conhecimentos anteriores a 1914.

Como resultado da efervescência científica que acabamos de descrever, nasce uma bibliografia especializada, com muitas publicações, devidas a autores geralmente de origem estrangeira, dos quais muitos fixaram residência no Brasil. Os temas principais tratados nas publicações brasileiras são os sambaquis meridionais, e as culturas do Baixo Amazonas (Marajó, Guiana), enquanto na Europa, os antropólogos começam a se interessar pelos crânios de Lagoa Santa, coletados por Lund no período anterior, mas cujo interesse apareceu somente depois que a pré-história foi reconhecida como ciência, e que os métodos antropométricos foram desenvolvidos.

O período intermediário: 1910-1950

Depois da Primeira guerra mundial, o Museu Nacional contratou o arqueólogo austríaco Padberg-Drenkpohl, tornando-se ele o primeiro “profissional” no Brasil. Em 1926 e 1929, decidiu escavar em Lagoa Santa. Nesses anos, a controvérsia sobre a antiguidade do homem na América era grande. Apesar de a maioria dos cientistas não acreditarem na presença do Homem há mais de 4.000 a 6.000 anos na América, posição essa defendida também pelo grande antropólogo americano Hrdlicka, Padberg achou que os indícios coletados por Lund mereciam ser controlados. Para tanto, precisava encontrar vestígios do Homem em níveis arqueológicos não perturbados, juntamente com animais pleistocênicos, cuja extinção se dera há uns dez mil anos atrás. Com efeito,

até o decênio de 1940 não havia outra possibilidade de se avaliar a idade aproximada dos vestígios achados pelos arqueólogos no Brasil. Infelizmente, Padberg Drenkpohl não encontrou animais desaparecidos, associados ao cemitério indígena de Confins, que escavou. Decepcionado, tornou-se adversário de todos os que acreditavam na antigüidade do Homem local, como os membros da Academia de Ciências de Minas Gerais (A. Mattos, A. Cathoud, H. Walter); nem mesmo chegou a publicar os resultados de suas pesquisas. O mesmo aconteceu em 1937 com outra expedição do Museu Nacional, chefiada por Bastos d'Avila. Orgulhoso do seu saber de "profissional", ele passou também a desprezar as informações fornecidas por amadores, como no caso das galerias subterrâneas de Santa Catarina, descritas com precisão por J. B. Rosa, as quais recusou considerar pré-cabralinas, sem mesmo ter feito verificações locais. A cultura das "casas subterrâneas" caiu, assim, no esquecimento, até o decênio de 1960.

Tendo sido muito limitada a atividade de campo de Padberg, a arqueologia brasileira da primeira metade do século XX foi feita por pessoas interessadas, pertencentes às profissões mais diversas, que coletavam achados superficiais, notavam a existência de inscrições rupestres (Teodoro Sampaio, Pereira Jr.), mas raramente se empenhavam em verdadeiras escavações — trabalhos dispendiosos, complicados e demorados. Mencionaremos particularmente o etnógrafo Kurt Nimuendaju, que, aproveitando suas andanças pela Amazônia, descobriu e divulgou a famosa cultura "Santarém". No Nordeste, o geólogo R. Lopes assinalou as palafitas de Cajari (Maranhão), escavando também em sambaquis fluviais amazônicos (1919). Uma missão etnográfica do Museu de Philadelphia (USA) escavou um cemitério pré-histórico em Descalvado (MT) no ano de 1931.

Colecionadores, como o médico L. Gualberto (SC, São Francisco do Sul) e Simões da Silva (Rio), publicaram notas sobre os instrumentos encontrados nos sambaquis destruídos, já que as municipalidades usavam as conchas para pavimentar as estradas litorâneas; o zoólogo Lange de Morretes recolhia objetos retirados pelos operários. As poucas escavações nesta região foram feitas por imigrantes japoneses, perto de Itanhaem (1939) e por um grupo composto principalmente por biólogos, na ilha Sto. Amaro (SP).

Por mais importantes que tenham sido os resultados, eram isolados demais para permitir um trabalho sintético sobre as culturas litorâneas. Uma tentativa nesse sentido foi, no entanto, esboçada pelo jovem arqueólogo argentino A. Serrano entre 1935 e 1940, que estudou várias coleções e sítios, sem ter realizado porém escavações.

O primeiro "manual" de arqueologia brasileira, da autoria de A. Costa, 1934, apesar de repleto de informações, não consegue ir além de uma simples compilação de dados já conhecidos, sem nenhuma visão globalizante dos problemas — ilustra perfeitamente a mediocridade

OS 0716

arqueológica desta época. Sintomática também é a importância dos estrangeiros, quase os únicos a publicarem nas revistas científicas: o argentino Serrano, o austríaco Padberg, o italiano Biocca, o inglês H. Walter ou o sueco Nimuendaju, que pouco contribuíram para a formação de discípulos no Brasil.

Essa relativa retração das pesquisas na área arqueológica, talvez se explique pela mudança dos interesses na área antropológica em geral. No final do século XIX, os cientistas se preocupavam em estudar o "primitivo" habitante do Brasil, antes que este desaparecesse diante do avanço da "cultura superior" de tipo ocidental. Nos anos de 1920/45, passam a se interessar pela formação do "povo" brasileiro moderno, envolvendo-se em discussões acerca da mistura racial, que envolvia muito mais os negros e brancos do que os índios. As culturas antigas destes últimos, portanto, só merecem um lugar marginal na obra dos grandes antropólogos então formados pelo Museu Nacional, como Roquete Pinto ou Bastos d'Avila.

O período formativo da arqueologia moderna (1950-1965)

Este período caracteriza-se pela atuação de grandes amadores, cuja vida foi em boa parte dedicada à arqueologia e pelo despertar das instituições oficiais, que procuraram criar centros universitários de pesquisa arqueológica, com a colaboração de profissionais estrangeiros, com a finalidade de formar especialistas locais. Esta formação de um corpo "profissional", assim como a elaboração de uma legislação protetora dos sítios, deveria provocar dificuldades com os "amadores", antagonismo este, ainda forte até hoje. A palavra "amador" tem, para muitos "profissionais" brasileiros, uma conotação negativa que não existe em outros países, onde estes recebem um treinamento adequado e são integrados nas pesquisas oficiais.

Alguns amadores famosos

A personalidade mais interessante talvez seja a de Guilherme Tiburtius, imigrante alemão chegado ao Brasil no fim do século passado. Simples artesão em Curitiba, interessou-se pelas antiguidades indígenas e reuniu uma magnífica coleção de instrumentos e esqueletos provenientes de sambaquis do norte de Santa Catarina e do Paraná e de peças do planalto paranaense. Visitando periodicamente os sítios em fase de destruição, fazia croquis de cortes: suas notas são repletas de informações preciosas. Ajudado pelo conhecido geógrafo paranaense João José Bigarella e sua esposa, publicou um grande número de artigos: monografias de sítios hoje arrasados, esboços de tipologia e análises químicas de materiais realizadas com a colaboração da Universidade Federal do Paraná. A obra de G. Tiburtius não somente conserva informações sobre sítios desaparecidos, como também parece não ter sido ultrapassada pelos

trabalhos mais recentes sobre a área. G. Tiburtius foi uma das vítimas da profissionalização da arqueologia: acusado de destruir sítios (realizou algumas escavações com J. J. e I. K., Bigarella), teve de parar logo suas atividades no Paraná, quando a proteção legal contra o vandalismo era ainda pouco eficiente e não havia um número suficiente de arqueólogos. Como consequência, grande parte do acervo cultural litorâneo desse Estado foi destruído, sem que tivesse, ao menos, alguém para salvar o material encontrado. A magnífica coleção de Tiburtius acabou, felizmente, no Museu do Sambaqui de Joinville, criado especialmente para recebê-la. Hoje, o velho G. Tiburtius ocupa seu tempo de aposentado esculpindo em pau-brasil, cópias de objetos arqueológicos do mundo inteiro, cujos modelos se encontram em revistas de grande divulgação.

Figura bem diferente a de H. Walter, cônsul da Inglaterra em Belo Horizonte (MG): instruído e culto, integrou a Academia de Ciências de Minas Gerais, cujos membros se interessavam pela pré-história, estimulados pela proximidade de Lagoa Santa. Desde 1933, H. Walter, A. Cathoud e A. Mattos escavaram abrigos desta região. Infelizmente, as obras eram geralmente confiadas a operários despreparados, que coletavam apenas as peças mais vistosas, sem condições de realizar as observações estratigráficas necessárias para assegurar a atribuição cultural dos objetos coletados. A vinda, em 1956, de uma Missão Americano-Brasileira chefiada por W. Hurt poderia ter sido uma oportunidade para melhorar as técnicas utilizadas; contudo, resultou em mais um confronto entre amadores e profissionais. Logo depois, em 1958, H. Walter tentava apresentar uma síntese das suas escavações, propondo um esquema evolutivo das culturas regionais, cujas conclusões foram logo contestadas. Envelhecido, magoado e isolado, depois da morte de muitos dos companheiros, H. Walter continuou contratando operários para escavar em Minas Gerais. Ainda teve contatos com a Missão Franco-Brasileira, em 1974. Depois de sua morte, em 1976, o filho, D. Walter, doou o que sobrava da coleção arqueológica e paleontológica do pai à Universidade Federal de Minas Gerais. Pode-se lamentar, além das falhas metodológicas no campo da estratigrafia, que as escavações da Academia de Ciências de Minas Gerais tenham sido exaustivas, ou seja, não tenham deixado parte alguma intata do sedimento dos sítios escavados, impedindo assim a verificação das asserções dos autores além de estudos complementares. Em compensação, os trabalhos dessa equipe tiveram o mérito de despertar um novo interesse para a região de Lagoa Santa, com o descobrimento do "Homem de Confins", em 1935, que provocou a formação de duas Missões internacionais. H. Walter descobriu também magníficos exemplares da fauna pleistocênica, que são hoje o orgulho do Museu de História Natural da UFMG.

Entre os amigos de H. Walter, deve ser citado o nome do cirurgião-dentista J. Penna que, sem ter participado de escavações, levantou e

divulgou a arte rupestre de Minas, até então quase desconhecida e ajudou a Missão Americano-Brasileira nas suas prospecções.

Foram muito numerosos os amadores desinteressados da época, que preservaram alguns elementos dos sítios agora destruídos pela exploração econômica; mencionaremos apenas o Pe. Rambo (RS), W. Zumblick e C. Ficker (SC), o antropólogo M. Rubinger (MG), o engenheiro J. A. Pereira Jr. (que publicou vários boletins) e o dentista E. Salles Cunha, que iniciou os trabalhos de patologia dentária no Brasil (RJ).

A atuação governamental e missões estrangeiras

Indignadas pela destruição acelerada dos sítios arqueológicos, várias personalidades se empenharam em proteger o acervo arqueológico e promover a formação de pesquisadores especializados. Encabeçaram este movimento o antropólogo L. de Castro Faria, do Museu Nacional, Paulo Duarte, homem político famoso do Estado de São Paulo, cujo amigo Paul Rivet, Diretor do Musée de l'Homme, de Paris, incentivou a criar, na USP, uma "Comissão de Pré-História" (hoje Instituto de Pré-História) e José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná. A arqueologia brasileira deve muito a estes três lutadores, que também fizeram escavações em sambaquis de Santa Catarina (Cabeçuda), Paraná (Matinhos) e São Paulo (Piaçaguera). Em 1961, conseguiram que uma legislação fosse promulgada; muito avançada, ela era, infelizmente, de aplicação difícil, principalmente pela falta de recursos humanos. Incentivaram, portanto, a realização de cursos e estágios de formação, onde os primeiros profissionais brasileiros iam receber a orientação de especialistas estrangeiros.

Entre esses, importa mencionar o geógrafo José Emperaire e sua esposa A. Laming. Convidados por Paulo Duarte, escavaram sambaquis do Paraná e de São Paulo (1954-1956), proporcionando as primeiras datações radiocarbônicas no Brasil. Trabalharam também em sítios do interior do Paraná e originaram as primeiras tentativas de analisarem microfósseis de sedimentos arqueológicos. Foram depois trabalhar no Chile, onde J. Emperaire morreu acidentalmente. Tendo revolucionado os estudos sobre arte rupestre no Velho Mundo, através de sua tese, A. Laming-Emperaire voltou ao Paraná onde lecionou vários anos, dirigindo estágios de escavação de treinamento. Em 1966, orientou um seminário sobre indústria lítica, o qual fica como referência para o assunto entre os arqueólogos brasileiros. Após ter de novo pesquisado em outros países, voltou ao Brasil somente em 1971.

O americano W. Hurt, em colaboração com Castro Faria e o Museu Nacional, organizou uma expedição à região de Lagoa Santa, que continuava polarizando o interesse da comunidade científica internacional. As escavações realizadas em Cerca Grande, dentro de abrigos hoje destruídos, proporcionaram a descoberta de sepultamentos e de instrumentos pouco típicos, mas, nenhuma associação com fauna extinta.

Os pesquisadores, mais uma vez, se desinteressaram pela região e o relatório não teria sido publicado se datações radiocarbônicas inesperadas não tivessem mostrado que a camada inferior escavada datava de uns 10.000 anos atrás, datações então (1969), as mais antigas conseguidas para o Brasil. Hurt iria, mais tarde, escavar em sambaquis da região de Laguna (SC) e do Paraná, contribuindo para a formação de muitos pesquisadores nesses estados, ajudando a firmar novos centros de pesquisas (Museu Paranaense e Museu de Antropologia da UFSC).

Outros estrangeiros trabalharam no litoral sul brasileiro, como A. Bryan (importante escavação em Forte Marechal Luz) e o casal Orssich (PR e ES), mas tiveram pouca influência sobre os estudantes brasileiros.

O casal americano C. Evans e B. Meggers escavaram a foz do Amazonas em 1949-1950 (ilha de Marajó e Amapá), conseguindo estabelecer uma cronologia para as culturas da ilha; as datações mostraram que a introdução da cerâmica no Brasil era bem mais antiga do que até então se supunha. Seus trabalhos foram continuados pelo alemão P. Hilbert no Médio Amazonas. A partir desta época, as pesquisas sobre arqueologia amazônica foram dirigidas pelo Museu Goeldi, na linha indicada pelos Evans. Estes orientaram, em outubro de 1964, um seminário sobre pesquisa em sítios cerâmicos, valendo-se do método Ford, que interessou a muitos arqueólogos.

Podemos considerar que, desde 1964-1966, a maior parte dos trabalhos sobre material lítico se inspirou na orientação dos Emperaire, enquanto aqueles que se referem à cerâmica, obedecem às normas elaboradas pelos Evans.

Quase todos os arqueólogos que assumem hoje postos de responsabilidade no Brasil, devem sua formação, e por vezes sua vocação, aos Emperaire, aos Evans ou à Hurt, pesquisadores cujas qualidades humanas e científicas os tornaram tanto amigos quanto mestres dos que trabalharam com eles.

A pesquisa recente no Brasil (1965-1980)

O período atual caracteriza-se pela multiplicação dos centros de pesquisas, por tentativas de planejarem-se grandes projetos de campo com propósitos amplos, necessitando a colaboração de várias instituições. Há também uma tentativa ainda mal sucedida de unificarem-se o vocabulário e os métodos, enquanto novas preocupações com o estudo de estruturas arqueológicas, paleoetnografia e paleoambiente conduzem a experiências enriquecedoras.

Como conseqüência do seminário dirigido pelos Evans no Paraná, elaborou-se um grande projeto de âmbito nacional, agrupando o Museu Goeldi e a maior parte dos pesquisadores isolados do sul e do nordeste. Este Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), mon-

tado em colaboração com o então Instituto (agora Secretaria) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Smithsonian Institution americana, pretendia promover durante os anos 1965-1971, prospecções e testes (pequenas escavações rápidas) visando elaborar, sem demora, um quadro geral das culturas brasileiras. Registraram-se milhares de sítios, a maior parte pertencentes aos períodos mais recentes (com presença de cerâmica) da pré-história brasileira. Várias tradições ceramistas foram assim definidas, enquanto os resultados eram mais modestos para períodos anteriores, exceto no Rio Grande do Sul. Os sítios litorâneos, tipo sambaqui, foram pouco pesquisados, com exceção do Paraná, talvez por serem já bastante conhecidos e a metodologia escolhida não se aplicar com muito sucesso a eles. O relatório final ainda não foi publicado, mas já se dispõe, depois desses anos de intensa atividade, de um quadro aproveitável nas suas grandes linhas, de numerosas datações radiocarbônicas e de uma massa enorme de documentos; sobretudo, criou-se entre os participantes uma mentalidade: o hábito de realizarem-se numerosas prospecções rápidas, interessando, sobretudo, sítios superficiais, com coleta de material em superfícies limitadas, para serem estudados como amostragem.

Esta filosofia, à qual aderiram outros pesquisadores (como a importante equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas de São Leopoldo, RS), preenche bem as necessidades de arqueólogos que iniciam as pesquisas em regiões desconhecidas, propiciando rapidamente uma visão geral, ainda que superficial. Por outro lado, ela presta-se pouco às reconstruções paleo-etnográficas se não for completada por algumas escavações sistemáticas e demoradas que requerem recursos humanos, financeiros e tempo consideráveis. Uma vez encerrado o PRONAPA, o Museu Goeldi elaborou um projeto semelhante para a bacia amazônica: PRONAPABA, cujos trabalhos de campo entram agora em fase final.

Várias instituições importantes como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Antropologia da UFSC e o IPH-USP não entraram no esquema do PRONAPA, dedicando-se de preferência ao estudo minucioso de uns poucos sítios típicos, procurando estudar as estruturas de habitação, os hábitos alimentares, etc... às vezes deixando até a prospecção em segundo plano. Estas divergências levaram alguns autores a oporem duas "filosofias" de trabalho; na verdade, as duas são complementares e a divisão encontrada no Brasil, como no restante da América Latina, entre a "Escola de Ford", propagada por Evans e outras escolas é uma das pragas que atrasam o desenvolvimento harmonioso da arqueologia nacional. Felizmente, algumas equipes, tentaram, depois de 1970, manter concomitantemente intensas atividades de prospecção e algumas de escavações sistemáticas, considerando-se que isto permite uma visão mais rica dos fatos arqueológicos (IAB, GOIPI-RS, UFMG).

Alheios a essas discussões, pesquisadores isolados e associações amadoras, por vezes treinadas e até integradas em pesquisas oficiais, prestam relevantes serviços, demonstrando que há lugar para não-profissionais, enquanto faltam arqueólogos para dar conta das necessidades mais imediatas.

O pesquisador isolado mais famoso talvez seja o Pe. J.A. Rohr, célebre por sua incansável atividade na defesa dos sambaquis catarinenses e pela riqueza dos sítios que escavou.

Nos últimos dez anos, houve um interesse renovado pela arte rupestre, com a realização nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e no Piauí, de levantamentos sistemáticos. Em 1970, um artigo de D. Aytai oferecia, já, uma interpretação estruturalista que apresenta uma nítida convergência de pensamento com as teorias de A. Laming-Emperaire e A. Leroi-Gourhan. Os trabalhos mais complexos nesta área são provavelmente os da Missão Franco-Brasileira, a partir de 1973. Um grupo do "Centre National de la Recherche Scientifique", francês, orientado por A. Laming-Emperaire, trabalhou em Minas Gerais em convênio com o Museu Nacional e a Universidade Federal de Minas Gerais, e no Piauí em convênio com o Museu Paulista e a Universidade do Piauí. Estas Missões deviam proporcionar as primeiras datações para obras rupestres e sua inserção no contexto cultural pré-histórico. A. Emperaire faleceu acidentalmente em Curitiba em 1977, mas seu trabalho, apesar de inacabado, permitiu cristalizar os esforços isolados, numa tentativa de unificação metodológica. Suas escavações em Minas Gerais também demonstraram a grande antigüidade da presença do Homem no Brasil, enquanto estudos pioneiros sobre o paleo-ambiente de Lagoa Santa foram iniciados. Vários estudantes e pesquisadores brasileiros estagiaram na escavação principal de Lapa Vermelha em 1973-1974, abrindo-se novas perspectivas em relação às técnicas de escavações.

Neste ano (1980) do centenário da morte de W. P. Lund, consideramos o balanço dos últimos anos muito positivo. Numerosos pesquisadores têm agora postos nas Universidades, embora haja ainda vários estados da União sem sequer uma pessoa para trabalhar nessa parte. O ensino da arqueologia existe: créditos a nível de graduação são oferecidos em muitas Universidades do Sul, do Centro e em algumas do Norte do País. Há um mestrado de antropologia na USP, com arqueologia como área de concentração, enquanto cursos de especialização abrem-se no Rio e em Belo Horizonte; há uma tentativa de implantação no Rio de Janeiro de um curso completo — particular — de arqueologia.

Os pré-historiadores brasileiros são convidados para participar de pesquisas no estrangeiro — Uruguai e Argentina —, ao passo que o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP possui especialistas trabalhando na Europa e no Oriente Próximo em projetos de arqueologia "Clássica". No Brasil, a arqueologia começa a ser usada em pesquisas

no campo histórico (Reduções, fortes coloniais, quilombos). Este dinamismo impressionante apesar da falta, ainda grave, de técnicos e laboratórios especializados, explica o fato de os pesquisadores terem tomado consciência de sua solidariedade além das rivalidades tradicionais, criando em março de 1980, uma Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), cuja 1ª Reunião Científica será realizada em 1981.

Pudemos verificar neste histórico, que a evolução da arqueologia no Brasil se fez paralelamente à da cultura brasileira, dependendo, no início, das ideologias dominantes e da influência européia, logo após, entrando em decadência, no momento em que o País encontrava-se mergulhado em problemas internos, dedicando pouco interesse à arqueologia. Após a 2ª Guerra Mundial, com o desenvolvimento universitário, concretiza-se a vontade de formar quadros da arqueologia nacional, no início com Mestres do exterior e, aos poucos, substituindo-os por professores brasileiros.

Agradecemos aos Professores Carlos M. Guimarães e Welber da Silva Braga, da UFMG, e à profª Marília de Mello e Alvim, do Museu Nacional, por suas críticas e sugestões e ao prof. Renato de Assumpção e Silva pela revisão do português.

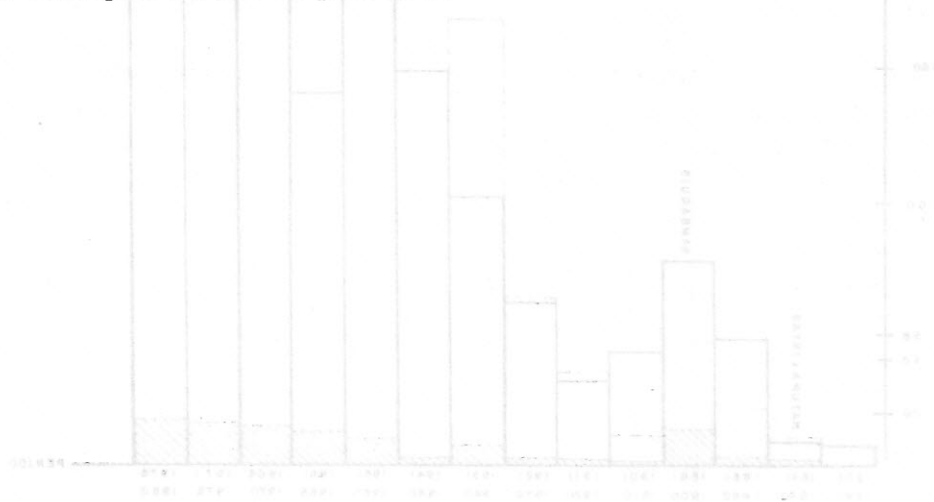


FIG. 1 - Número de publicações em arqueologia no Brasil entre 1950 e 1980.

Nota-se a multiplicidade relativa dos trabalhos do campo arqueológico entre 1950 e 1980 e grande desenvolvimento de antropologia entre as duas guerras mundiais. A partir de 1950, não dispomos mais de dados quantitativos sobre a produção arqueológica em geral. A antropologia aplicada à arqueologia se manifesta entre 1950 e 1980 com a preocupação de definir duas áreas: a de Lagos Santa e as amparadas a partir de coleções pedonares e de observações exclusivamente cronométricas. A partir de 1980, as pesquisas ainda não orientadas para as mesmas populações, mas envolvem estruturas mais significativas, preocupando-se os pesquisadores com a totalidade do conjunto.

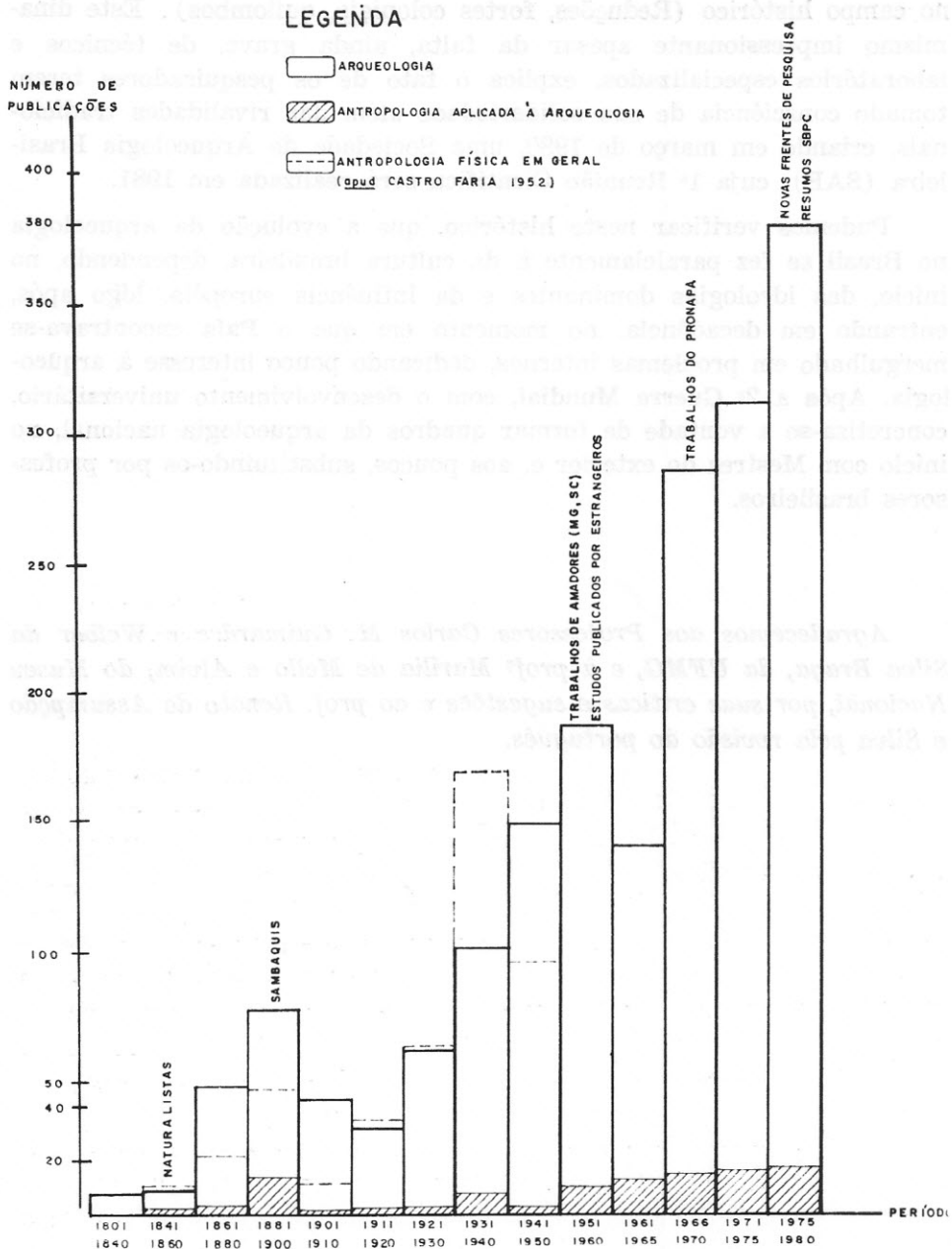


FIG. 1: Número de publicações sobre arqueologia e antropologia biológica brasileira

Nota-se a multiplicidade relativa dos trabalhos de cunho arqueológico entre 1860 e 1911 e o grande desenvolvimento da antropologia entre as duas guerras mundiais. A partir de 1950, não dispomos mais de dados quantitativos sobre a produção antropológica em geral. A antropologia aplicada à arqueologia se manifesta entre 1850 e 1900 com a preocupação de definir duas «raças»: a de Lagoa Santa e «dos sambaquis» a partir de coleções pequenas e de observações exclusivamente craniométricas. A partir de 1960, as pesquisas ainda são orientadas para as mesmas populações, mas envolvem amostras mais significativas, preocupando-se os pesquisadores com a totalidade do esqueleto.